

Título: Incidências da psicanálise nos dispositivos públicos

Autor: Guillermo Belaga – Chefe do Serviço de Saúde Mental do Hospital Central de San Isidro. Psicanalista, membro da Escuela de la Orientación Lacaniana (EOL). Membro da Associação Mundial de Psicanálise (AMP).

Head of the Department of Mental Health Central Hospital of San Isidro. Psychoanalyst, member of the Escuela de la Orientación Lacanian (EOL). Member of the World Association of Psychoanalysis (WAP).

E-mail: gbelaga@gmail.com.

Resumo: A partir do comentário de um caso, o autor reflete sobre como a psicanálise se situa para operar frente a um vazio subjetivo, consequência de um trauma individual e social (a ditadura militar na Argentina) e nos alerta para o risco de prevalecer uma lógica do asilo e da proteção na assistência que algumas instituições oferecem ao sujeito, o que não possibilitaria uma mudança em sua posição subjetiva.

Palavras-chave: Instituição, trauma, esquecimento, memória, atravessamento.

INCIDENCES OF PSYCHOANALYSIS IN PUBLIC DEVICES

Abstract: From the review of a case, the author reflects on how psychoanalysis lies to operate against a subjective empty, the result of an individual and social trauma (the military dictatorship in Argentina) and alert to the risk of prevailing logic of asylum and protection in some institutions offer assistance to the subject, which does not allow for a change in his subjective position.

Keywords: Institution, trauma, forgetfulness, memory, crossing.

Incidências da psicanálise nos dispositivos públicos¹

Guillermo Belaga

“Em definitivo, o que fazer com aquilo que é necessário aceitar: que essa fissura, esse vazio, leva muito bem o nome trágico [...] daquilo que não tem resolução, que não se paga nem com o castigo nem com o perdão. [...]. Aceitar que nossa identidade coletiva tem esse vazio que ninguém poderá preencher, essa fissura com a qual devemos conviver, é algo sem dúvida inquietante, mas que não podemos desprezar” (ARFUCH, 2004).

Preferi iniciar este comentário de um caso com as palavras de Leonor Arfuch, dada sua precisão para situar um ponto fundamental: o vazio constituinte de todo ser falante, essa fissura, mais claramente, um furo, com o qual temos que nos haver por habitar a linguagem. Vazio que, além de situar-se no trauma inicial, que, na história da psicanálise, se metaforizou como “trauma do nascimento”, que impossibilita a programação sem equívoco — no sentido dos computadores — do laço social, se faz presente também no trauma como acontecimento, nas contingências de uma vida; quando irrompe nas representações simbólicas que sustentavam, até esse momento, um sujeito, provocando-lhe a angústia mais generalizada.

Assim, a vinheta clínica que Daniel Riquelme² apresenta ilustra bem e ensina como a psicanálise se situa para operar frente a esse vazio subjetivo. Como responde a um trauma individual e social, nesse caso, a tragédia da ditadura militar na Argentina, o desaparecimento e assassinato dos pais e a expropriação dos filhos, rompendo sua identidade social e sua história de origem. Dessa maneira, Riquelme segue a orientação dada por Jacques Lacan quando definiu que “o inconsciente é a política”, conseguindo extraí-lo de uma esfera solipsista, colocando-o em relação com o Outro, com a Cidade, fazendo-o depender da História (BAUDINI, 2004).

Assim, poder-se-ia dizer que o psicanalista se responsabiliza por uma ação solidária com o desejo das Avós, desejo do Outro, que perturba o Mestre, que não consente com as identificações que propõe, situando-se nesse vetor (do lado do desejo das Avós), mediante o ato analítico em que subjaz outro desejo, o desejo do analista. Signo diferencial, que possibilitaria ao analisante encarar então o desejo do Outro (de origem) que se tentou foracluir — de forma mais ou menos bem-sucedida — e encontrar, finalmente, sua própria relação particular com esse desejo, encontrar sua própria narrativa, sua paleta biográfica, e seu modo de vida.

Nesse sentido, o que foi elaborado sobre o caso, sem dúvida, pode evocar diversas linhas de intervenção. Vou-me remeter àqueles pontos que, a princípio, mais me interrogaram e ressoaram.

O problema da Verdade, do Trauma e da História

Em um de seus livros, Jorge Alemán (2001) se pergunta sobre o esquecimento, sobre qual é o seu estatuto, se o esquecimento é uma omissão ou é um rechaço. Recorrendo à poesia, para obter as respostas, é dela que se desdobram dois tipos de poemas que tratam do tema:

a – Poemas do retorno: que falam sobre voltar a certo lugar para remediar o esquecimento.

b – Poemas do atravessamento: como o poema “Clown”, de Henri Michaux, paradigmático do atravessamento.

A marionete, cortando os fios que a atavam aos ideais, desprendendo-se da imagem de si mesma e da de seus semelhantes, atravessando a trama de ideias que os demais e ela mesma haviam forjado, por fim encontra o que lhe dá consistência de ser. Porém, nesse exemplo de atravessamento, também retorna o que é o sentido mais primordial. Desse modo, poder-se-ia concluir que, nas grandes vertentes do trabalho poético, atravessamento e retorno não são mais que um, ou um é o inverso do outro. Questão que a experiência analítica toma como sua, na qual precisamente atravessamento e retorno se encontram.

A análise que Heidegger faz do poema “Retorno à terra natal”, de Hölderlin, ilustra isso um pouco mais. O que, a princípio, parece ser um retorno à origem, a uma apropriação romântica da terra natal, que ia dar consistência a essa fantasia evanescente da tradição, transforma-se, nesse ato do retorno, em um atravessamento. Em coordenadas que ressoam no drama do caso clínico, Alemán assinala que o poema mostra que, na volta à terra natal, há algo que se recusa, que, alcançando o solo do familiar, se apresenta o estranho, que, apenas no poema do retorno, é que se alcança a terra natal, mas se a alcança em seu caráter mais estrangeiro. Assim, para Hölderlin, o poema conduz ao que se designa como “passar ao outro lado”.

A experiência tem, em seu seio, o *unheimlich*, o estranho, a “falta de lar” constituinte, e sua resolução implica cruzar a linha, um salto subjetivo com a consequente invenção. Assim, ambos os trabalhos, o poético e o analítico, têm como suporte fundamental as operações de abertura e de corte, em que se

encontra o insuperável do esquecimento, que se contorna, desenha, escreve e, através de uma invenção, se nomeia.

Em sua "Resposta a J. Hyppolite", J. Lacan dá uma definição sutil do que entende por história. Parte da oposição entre *Verwerfung*, expulsão, abolição simbólica sobre a qual não se pode formular juízo de existência, e a *Bejahung*, afirmação primordial, emergência do símbolo, e pergunta: "O que acontece com o que não é deixado ser na *Bejahung*?" Acrescentando que o *Verworfen* não voltará a ser encontrado na história, se se designa com esse nome o lugar de onde o recalçado vem reaparecer.

Formar-se-iam assim duas vertentes. Uma, a do significante (em relação à *Bejahung*), em que o esquecimento contingente, o do recalque mesmo, volta transformando a memória; é o tratamento via retorno do recalçado.

A outra vertente é a da letra (do lado do que permanece *Verworfen*), que situa um esquecimento sob o modo lógico do necessário — excluído do sentido — relacionado à existência, a um resto indizível. Portanto, esse aspecto do tratamento é algo não historizável, é um vazio que permanece como um traço inevitável, que Freud chamou de "umbigo do sonho". Em resumo, no percurso analítico, podemos distinguir: em princípio, o curativo, encontrar um sentido para o trauma como acontecimento, como irrupção do real. Pacificação que se consegue com uma inscrição no Outro. Mas também entendemos que o traço como marca do expulsado constitui uma fronteira, um limite topológico que une e separa o campo do sentido e um exterior fora de toda a historização. O sujeito, quando descobre que o Outro não é o lugar onde se aliena, onde se inscreve, aferra-se àquilo que resulta ser o ponto de amarração, ao que chamamos de objeto *a* e à letra. Essa borda heterogênea entre saber e gozo é o que se torna litoral para o sujeito e, justamente por se situar entre o dizer e o indizível, entre a decisão e o indecidível, resulta no saldo mais particular do tratamento.

Por que uma instituição é necessária? De que instituição necessitamos?

A resposta poderia parecer óbvia, pensando que alguém, ao estar afetado pela repressão e pelo terrorismo político, necessita de um alojamento para se identificar frente ao que está fora. Sem dúvida, este poderia ser um aspecto possivelmente tranquilizador, mas não o mais determinante, inclusive parcial e até mesmo perigoso, porque deixaria o indivíduo situado em uma lógica de

interior/exterior, em uma lógica de asilo e proteção, que não mudaria muito as coisas em relação à sua situação anterior.

Então, pensando que a situação é mais complexa, poderíamos generalizar e dizer que o sujeito moderno não pode estar sem uma instituição. Se entendemos que a instituição tem um duplo percurso semântico, entre regra e comunidade de vida. Nesse sentido, diariamente, se comprova como as instituições suprem a família.

Como reconhece Phillipe Ariès, o mundo pós-industrial, que se inicia no século XX, não foi capaz de manter a sociabilidade do século XIX, nem de substituí-la por uma nova, com o que se tenta e se exige da família que tome esse relevo impossível; uma hipertrofia de suas funções que não é capaz de assumir. Conseqüentemente, sua hipótese é a de que a crise atual não se deve buscar na família, senão na decadência da cidade e da sociabilidade pública. Daí que, por um lado, uma análise da época indica que a família tem uma missão impossível: suprir o que a cidade não pode oferecer, e, paradoxalmente, ao não poder cumprir essa função, o Estado deve prover o que a família não pode dar. Tema que se verifica com a infância, em que a criança começa a interessar ao Estado mais além da escolaridade; um exemplo disso é como a autoridade pública se ocupa das crianças em “risco”.

Desse modo, as instituições podem tentar suprir a família ou tomar para si responsabilidades da família, em que o Estado, na modernidade, considera que ela falha. Mas é necessário advertir que uma instituição que deixe de lado a particularidade do sujeito, colocando em jogo a psicologia das massas, não poderá ser uma suplência adequada da família, se consideramos que a família não pode ser digna e respeitável se não é o lugar em que cada um possa encontrar um espaço para o que é sua particularidade, já que devolver a particularidade ao sujeito é o contrário da intolerância e da segregação.

Assim, nossa prática ocorre com indivíduos que se encontram nesse novo regime social que corresponde a um mundo transformado pela ciência e a globalização econômica, em que o pai moderno é um pai que não pode assegurar a distribuição do gozo de maneira conveniente, em que as famílias já não contam com o Outro da Lei de outrora. Em suma, a sociedade atual deixou de viver sob esse mito. É o que sustentamos em nossa linguagem: a estrutura do Todo cedeu à do não-todo, que implica que não haja nada que constitua uma barreira que esteja na posição do proibido. O que faz com que o proibido já não seja difícil, que resulta contraditório com o movimento do não-todo. Dessa maneira, algo se dá sem

encontrar limites, por exemplo, o consumo, mas também a precariedade do sujeito, o medo.

Deter-se nas novas organizações sociais tem suma importância, pois, como afirmava Lacan, o inconsciente obedece ao laço social, ou, com igual sentido, em uma definição contemporânea à já citada: “o inconsciente é Baltimore ao amanhecer”.

Transmite-se a ideia de que o conceito de inconsciente se conecta a um *lugar*, a um lugar estruturado como uma cidade, e, ao mesmo tempo, é indissociável de uma *temporalidade*. Do que se deduzem coordenadas clínicas fundamentais na prática da “urgência subjetiva”, da angústia, das catástrofes, etc., em que se deve contemplar uma estratégia frente ao espaço e ao tempo, como passo inevitável para sua resolução, dado que a topologia e o tempo se enlaçam ao redor da *a-topia* do sujeito.

Na instituição

O lugar do analista na instituição e seus sintomas apresentariam dois aspectos (LAURENT, 2003). Primeiramente, está a instituição e, em um segundo tempo, coloca-se o sintoma em consequência do funcionamento institucional. Aqui, como se demonstra no caso, a interpretação sobre o sintoma — a pesquisa da história nos arquivos, a manobra para mudar o sujeito dessa posição — se realiza seguindo a escrita do matema da “Psicologia das massas”, de Freud, em relação ao ideal. Nessa vertente, a psicanálise da instituição consiste em indicar, da boa maneira, a falha do Outro: S(A/).

O segundo aspecto consiste em pensar a instituição não só como um conjunto de regras, mas também como uma comunidade de vida. Nesse sentido, J.-A. Miller fala de duas práticas da interpretação em relação ao ideal, destacando que o lugar deste em um grupo é um lugar de enunciação (MILLER, 2003).

Uma interpretação possível é a enunciada desde o lugar do ideal, o que resulta em um discurso massificante que repousa na sugestão. A outra é interpretar o grupo dissociando-o, remetendo cada um dos membros da comunidade à sua solidão, à solidão de sua relação com o ideal. Vertente desmassificante, que trata de despertar o sujeito para uma nova responsabilidade, inédita, que o enlace mais além de sua adaptação aos significantes-mestres.

Tradução: Larissa Lara Rezende

Revisão da tradução: Márcia Mezêncio e Jorge Pimenta

Referências

ALEMÁN, J. *El inconsciente: existencia y diferencia sexual*. Madrid: Síntesis, 2001, p. 81-107.

ARFUCH, L. *Identidad: construcción social y subjetiva*. Primer Coloquio Interdisciplinario de Abuelas de Plaza de Mayo. Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo, 2004, p.65-71.

BAUDINI, S. "El inconsciente es la política o la normalidade mental como el fin del psiquismo", *Mediodicho*, n.28, Córdoba, 2004, p.39-44.

LAURENT, É. "Dos aspectos de la torsión entre síntoma e institución", In: *Los usos del psicoanálisis*. Primer Encuentro del Campo Freudiano. Buenos Aires: Paidós, 2003.

MILLER, J.-A. "Teoria de Turim sobre el Sujeto de la Escuela", In: *Qué política para el psicoanálisis?* Colección de la orientación lacaniana. Buenos Aires, 2003.

¹ Este trabalho foi apresentado em *Noches a la Carta* da Escola de Orientação Lacaniana (EOL), "Incidências da Psicanálise nos Dispositivos Públicos", em 28 de junho de 2004. Publicado originalmente em: LO GIÚDICE, A. (Comp.). *Psicoanálisis, restitución, apropiación, filiación*. Buenos Aires: Centro de Atención por el Derecho a la identidad, Abuelas de Plaza de Mayo, 2005, p.129-135.

² Belaga se refere ao artigo: RIQUELME, Daniel. "Filiación falsificada y estrago", In: LO GIÚDICE, A. (Comp.). *Psicoanálisis, restitución, apropiación, filiación*. Buenos Aires: Centro de Atención por el Derecho a la identidad, Abuelas de Plaza de Mayo, 2005, p.63-69. O caso clínico relatado foi atendido pelo autor, psicanalista, membro da EOL-AMP, integrante da Área Terapêutica do Centro de Atención por el Derecho a la Identidad, Abuelas de Plaza de Mayo.